



FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LICENCIATURA QUÍMICA NA UEPB: TRABALHO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Vitória de Andrade Freire¹, Tatiany Cristina Cavalcanti Barros², Didiane Saraiva da Silva², Kaline Rosário Morais Ferreira².

¹Departamento de Pós-Graduação em Engenharia Química, Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, Campus I, Campina Grande-PB. E-mail: vitoriaqill4@gmail.com

²Departamento de Química, Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Campus I, Campina Grande-PB.

RESUMO : A educação superior constitui um meio para a produção do conhecimento, e a universidade é um lugar onde os valores e práticas da educação inclusiva precisam ser vivenciadas. As práticas docentes exigem preparo do profissional ao tratar de alunos com necessidades educacionais especiais e o projeto de organização universitária deve implementar ações-políticas públicas favorecendo uma educação inclusiva a esses estudantes. Neste contexto, este estudo buscou analisar como vem se dando a preocupação em torno da formação de professores para o trabalho com educação inclusiva no âmbito desta instituição. Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório, que utilizou como método de procedimento o analítico – descritivo a partir de uma análise de cunho quanti-qualitativo. Utilizou-se para análise dos resultados um estudo em torno do PPP do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e questionários aplicados com os estudantes que estão cursando o mesmo. Os resultados apontam que ao analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso através das disciplinas didáticas- pedagógicas, foi possível observar que suas ementas ou conteúdos programáticos, não contemplam nenhum tratamento acerca de Formação de Professores para o trabalho com a Educação Especial, o que também foi confirmado nas entrevistas com os alunos concluintes do curso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Projeto Político Pedagógico; Ensino superior; Didática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A função social da Universidade implica em produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto indivíduo na sociedade, sendo também essencial para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como



também para o avanço da educação em todas as suas formas. Por tudo isso, a Educação Superior constitui importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, conforme a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 é direito público à educação de todos os brasileiros, inclusive os portadores de deficiência e deverá ser ministrada junto e preferencialmente na rede de ensino. A discussão sobre as reformas das políticas educacionais tornou-se mais enfatizadas em diferentes espaços da legislação educacional da União, Estados e Municípios.

O Brasil possui 41.183.103 estudantes matriculados na rede pública de educação básica - estadual e municipal - em 2012, de acordo com o censo escolar, com um aumento de 7,7% para as matrículas de alunos especiais em nível básico de ensino (médio e fundamental), (ULTRA NEWS, 2015). Dados do Censo Escolar indicam crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns (CENSO ESCOLAR, 2015).

No setor de escolaridade, os números apontam que a média das pessoas com deficiência é um ano menor que do grupo de pessoas sem deficiência. As taxas daqueles que nunca freqüentaram escolas são de 16,3% para a população em geral, 21,6% para o subgrupo de pessoas com deficiências e 33,7% pessoas com percepção de incapacidade.

No século XX, os indivíduos com deficiências começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos, deveres e atuarem na sociedade de forma mais efetiva; mas de forma superficial sem grandes oportunidades, apenas de forma assistencial, pois até o presente momento praticamente não existe uma política educacional que privilegie os estudantes (cegos, surdos e cadeirantes), mas sim um projeto político pedagógico na



qual contenha pequenas especificações quanto a essa realidade brasileira. Com o surgimento da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação (FERNANDES et al., 2011).

Conforme Farias (2003), a melhor forma de assegurar que haja reformas que os alunos permaneçam na sala de aula, e um ensino de qualidade e que o professor seja preparado psicologicamente e didaticamente, pois assim ele terá competência para avaliar o desenvolvimento da capacidade cognitiva desse aluno, se a conjunção de esforços favorece ou não, o impacto da inclusão sobre os pais se há rejeição de seus colegas de sala ou no próprio ambiente comum, a partir de uma boa formação acerca deste sentido.

Neste contexto, este estudo buscou analisar como está sendo a formação de professores do Curso de Licenciatura em Química da UEPB acerca da educação especial, buscando diagnosticar através do Projeto Político Pedagógico do Curso, qual a preocupação existente em incluir no currículo, componentes curriculares que atendam as necessidades de preparar professores para trabalharem com portadores de necessidades especiais de modo geral.

METODOLOGIA

A partir da busca em compreender e investigar, numa perspectiva inclusiva, foi desenvolvido um estudo baseado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química da UEPB. A análise de conteúdo é utilizada “[...] para desvendar as ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, a simples vista, não se apresenta com a devida clareza” (TRIVIÑOS, 1987).

A análise realizada neste estudo como comentada anteriormente foi de cunho quanti-qualitativo e os questionários foram aplicados com estudantes concluintes do



semestre 2013.1.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do Projeto Político Pedagógico do Curso

A partir do levantamento em torno das ementas e conteúdos programáticos de caráter didático-pedagógico, pode-se destacar as seguintes componentes curriculares: Prática Pedagógica em Química I; Filosofia da Educação; Prática Pedagógica em Química II; Sociologia da Educação; Prática Pedagógica em Química III; Organização do Trabalho na Escola e o Currículo; Prática Pedagógica em Química IV; Psicologia, Desenvolvimento e Aprendizagem; Processo Didático, Planejamento e Avaliação; Pesquisa em Ensino de Química; Recursos Audiovisuais para o Ensino de Química Introdução a Epistemologia da Química e Didática das Ciências Informática para o Ensino de Química.

Por meio da análise das ementas e do programa observou-se que o tema Inclusão Escolar não está sendo discutido academicamente no âmbito deste curso. Fazendo uma análise crítica acerca deste problema, percebeu-se que o próprio projeto político deixa evidente a preocupação em torno da inclusão ao citar no documento:

Considerando as diversidades culturais, sociais e da etnia brasileira torna-se imprescindível para o conhecimento profissional do professor o saber lidar com as diferenças, assumindo o compromisso com a inclusão de crianças e jovens indígenas, portadores de necessidades educativas especiais, jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade escolar correspondente; vítimas de um sistema educacional historicamente excludente (PPP, 2007, p.17).



Antes mesmo do Projeto Político ter passado de regime anual para semestral, uma pesquisa desenvolvida por Silva (2008) que tinha como tema: A formação de Professores de Química na Perspectiva da Educação Especial revelou que não havia discussão em torno da Formação de Professores para o trabalho com Surdos. E depois de passados alguns anos desta pesquisa, observa-se que ocorreram pouquíssimas mudanças no PPP do curso, como por exemplo a inclusão da Componente curricular de Libras, mas a mesma ainda não foi inserida no PPP.

Análise dos questionários aplicados com os estudantes concluintes

O questionário teve o intuito de levantar a discussão em torno do Ensino de Química para pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse sentido, foram escolhidos 7 estudantes de forma aleatória, os quais foram questionados:

A primeira questão buscou levantar se esses estudantes durante a sua formação inicial tiveram algum contato no estágio com alunos portadores de necessidades especiais. Dos 7 estudantes entrevistados, 6 afirmaram que não tiveram nenhum contato. Apenas 1 afirmou que teve contato e adotou metodologias com o uso de data show e aulas expositivas. Observa-se que o despreparo do Professor em lidar com a formação de saberes em Química para alunos especiais. Os cursos de licenciatura precisam trabalhar na formação desses futuros professores para que possam usar materiais e métodos que atendam as reais necessidades de formar a atuarem de forma crítica na sociedade.

A segunda questão buscou levantar se os estudantes se sentiam preparados em lidar com o trabalho de ensinar química a pessoas portadoras de necessidades especiais. Dessa forma, foram unânimes, afirmando que não se sentiam preparados para trabalhar com este público alvo. Podemos então fazer um comparativo com o PPP analisado, já que não contém em sua estrutura disciplinas que deem formação para os professores



enfrentarem o trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Segundo Silva (2009), em Janeiro de 2001 o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional (através da Lei nº 10.172/2001) determinou-se que, dentro de até dez anos, os governos federais, estaduais e municipais devem desenvolver planos para cumprir determinados objetivos relacionados com a área de educação, incluindo a educação especial. Logo quanto à formação de professores haverá necessidade de:

- Desenvolver programas de qualificação profissional;
- Incluir nos currículos de formação de professores conteúdos e disciplinas que visem à capacitação para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

A terceira questão tinha o intuito de verificar se o aluno em sua formação inicial no âmbito dessa instituição havia permitido sair preparado para trabalhar na educação com pessoas portadoras de necessidades especiais. Observamos que foram unânimes as respostas. Todos os estudantes não receberam nenhum tipo de formação. Um dos alunos ainda refletiu:

“Não infelizmente a instituição não oferece preparo para esse caso” (Aluno 3)

Mais uma vez as respostas confirmam junto ao PPP, que não está sendo discutidas no âmbito desta instituição as questões referentes à formação de professores de Química para o trabalho com a Educação Inclusiva.

O conteúdo dos componentes curriculares passou a ser organizado de forma mais significativa e diversificada, favorecendo a abertura para a autonomia institucional, podendo a partir de então, serem vinculados às experiências e ao contexto sócio-cultural dos educandos, na intenção de construir conceitos



e desenvolver a capacidade de resolver problemas e tomar decisões, na perspectiva do diálogo com saberes sociais e com as múltiplas realidades de vida contemporânea, fazendo do cotidiano objeto de investigação e pesquisa. (P.P.P, 2007, p.4)

Fica evidente por meio dessa citação, que há necessidade do PPP de fato, adequar essas concepções junto à perspectiva de trabalho na formação de professores de Química para o trabalho com a Educação Inclusiva. Por fim, perguntou-se aos alunos se alguma componente curricular neste curso trabalhou com o tema inclusão em sua formação e de que forma tinha sido esse trabalho. 6 estudantes responderam que não foi trabalhado com esse tipo de abordagem. No entanto, 2 estudantes afirmaram que foi discutido em apenas uma aula:

“Sim, apenas abordado em uma aula” (Aluno 4)

“Sim, mas de forma transversal visto rapidamente em meio ao assunto estudado na aula de recurso visual” (Aluno 7)

Fica evidente por meio das respostas que trabalhar um Ensino de Química na perspectiva da Educação Inclusiva de forma superficial, ou em apenas um encontro, não garante a formação necessária para os professores lidarem com o trabalho complexo e sério que gira em torno da inclusão.

Retondo e Bueno (2008) a fim de contribuir com a formação complementar dos estudantes do Curso de Licenciatura em Química de uma determinada instituição de ensino superior, em torno do paradigma da Educação Especial e Inclusiva, buscou-se desenvolver a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo, de recorrer à ajuda da tecnologia e de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões.



CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, podemos levantar as seguintes considerações:

- Acredita-se que mesmo o Professor de Química não tendo uma formação específica para o trabalho com este público alvo, deve buscar compreender a educação especial à inclusão escolar de uma forma mais ampla, buscando através de cursos de aperfeiçoamento.
- Preparar para melhorar a sua prática e atender esse público, buscando atuar de forma a valorizar os potenciais dos alunos, identificando suas necessidades e buscando desenvolver estratégias para atendê-los, já que a universidade em questão ainda não acolheu em seu PPP essa proposta de ensino.
- Dessa forma, se estará lutando pelo reconhecimento das diferenças e conseqüentemente lutando pela inclusão dessas pessoas que sofrem muitas vezes com o preconceito.
- É preciso atentar no Projeto Político Pedagógico do Curso de Química desta universidade, uma forma de preparar os professores em formação para que possam atender na escola regular este público alvo, inserindo componentes curriculares específicos que de suporte para os professores de química enfrentarem o trabalho docente no campo da educação especial, já que em seu documento fica explícito claramente que na organização do seu currículo deve está presente a preocupação com a consciência em torno da inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25\06\2015

BRASIL. **LEI n.10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília,



DF, 10 jan.2001.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://portaln10.com.br/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-alunos-especiais>. Acesso em: 25/06/2015.

FARIAS G. C. **O programa de intervenção precoce como fator de inclusão da criança cega.** Temas sobre Desenvolvimento, v.12, Nº 67, p.44-9, Mar/Abr, 2003.

FERNANDES, B. L. SCHLESENER, A. MOSQUERA, C. **Breve histórico da deficiência e seus paradigmas.** Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química. UEPB, 2007.

SILVA. T. P. **A formação de professores de química na perspectiva da educação especial: uma pedagogia diferente, 2008.** Monografia apresentada ao departamento de Química da UEPB.

SILVA, C.S; OLIVEIRA, L. A. A. **Formação inicial de professores de química: formação específica e pedagógica.** In: *I: temas sobre a formação de professores* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 258 p.

SITE ULTRA NEWS. **Censo: 41,1 milhões de estudantes estão na rede pública,** 2011. Disponível em:<<http://www.jornalultranews.com.br>. Acesso em: 25/06/2015.

RETONDO, C.G; SILVA, G.M. **Ressignificando a Formação de Professores de Química para a Educação Especial e Inclusiva: Uma História de Parcerias.** Química Nova na Escola, Nº 30, Nov, 2008.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.